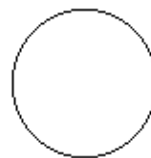




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 71  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

**Processo nº 1404/06 - C**

**Origem :** Departamento de Estradas e Rodagem do DF

**Assunto :** Consulta

**Ementa :** Consulta formulada pelo DER-DF. Tempo de contribuição correspondente ao período de percepção do abono de permanência. Tratamento para fins de aposentadoria. Contagem em dobro, para fins do referido abono, de licença-prêmio não gozada. Tema inicial em estudo no Processo nº 26930/2006. Tramitação conjunta (Decisão nº 2275/07). Instrução: favorável ao cômputo do tempo trabalhado com percepção do abono de permanência para todos os efeitos legais, bem como pela possibilidade da contagem do período de licença-prêmio, caso adquirida antes da entrada em vigor da EC nº 20/98. M.P.: concorda com a instrução, salvo no tocante à possibilidade de aumento da proporcionalidade dos proventos após a EC nº 41/03. Concordância com a instrução.

**Parecer do Ministério Público:** Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira  
**Data de inserção em pauta:** 25.03.2008

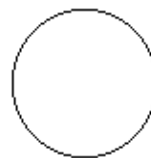
### **RELATÓRIO**

Tratam estes autos de consulta formulada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, conforme Ofício nº 022/2006-GDG/DER-DF. Questiona-se, em síntese, se:

- a) a concessão do abono de permanência previsto na Emenda Constitucional nº 41/03 aos servidores que implementaram os requisitos para aposentadoria constitui impedimento à contagem do tempo de contribuição subsequente ao seu deferimento;
- b) para fins do referido benefício pecuniário, seria possível o cômputo em dobro de período não gozado de licença-prêmio adquirida até o advento da EC nº 20/98 (16.12.1998).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 72  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

2. Na Sessão de 29.05.07, o Tribunal tomou conhecimento da consulta e autorizou a juntada dos autos ao Processo nº 26930/06, conferindo ao feito tramitação urgente e alertando a 4ª ICE no sentido de instruir separadamente os feitos (Decisão nº 2275/2007, fl. 45).

3. A instrução, tendo em conta as conclusões apresentadas no estudos especiais tratados no Processo nº 26930/06, manifesta entendimento favorável à contagem do tempo trabalhado com percepção do abono de permanência, após 31.12.2003, seja para fins de aumento da proporcionalidade dos proventos calculados pelo direito adquirido previsto no art. 3º da EC nº 41/2003, seja para efeito das novas modalidades de aposentadoria previstas na citada Emenda e na EC nº 47/05.

4. Para tanto, faz uso das seguintes argumentações:

*“11. Nesses termos, sobre o assunto em tela, impende ressaltar que discussão idêntica foi suscitada quando do advento da EC nº 20/98, cujo art. 3º dispôs:*

**Art. 3º** *É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.*

**§ 1º** *O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.*

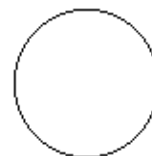
**§ 2º** *Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente. (destacou-se)*

**§ 3º** *São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda aos servidores e militares, inativos e pensionistas, aos anistiados e aos ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.*

12. À época, o estímulo consistente na isenção de contribuição previdenciária alcançava apenas os servidores que preenchiam os requisitos para aposentadoria com proventos integrais. Assim, a discussão foi no sentido



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 73  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

de verificar se o princípio do direito adquirido abrangia a **modalidade** de aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, e se era possível acrescentar o tempo seguinte a 15.12.98.

13. A questão foi resolvida no Processo nº 2620/99, dando origem ao Enunciado nº 101 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte, com o seguinte teor:

*Para o cálculo da proporcionalidade dos proventos das aposentadorias concedidas com fulcro no art. 3º da EC nº 20/98, deve ser computado todo o tempo de serviço exercido pelo servidor, inclusive o trabalhado após 15/12/1998.*

14. Com o advento da EC nº 41/03, novamente o tema voltou a ser debatido, mas com a inovação consistente na concessão de abono de permanência aos servidores que detinham o direito à aposentadoria voluntária, tanto com proventos integrais, quanto com proventos proporcionais ao tempo de serviço, como dispõe o art. 3º dessa Emenda:

*Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.*

*§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.*

*§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente. (destacou-se)*

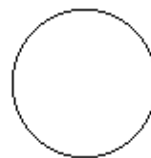
15. A solução, dessa feita, foi pelo “congelamento” do tempo em 31.12.03, como consta da Decisão nº 54/04 (Sessão Extraordinária Administrativa nº 453, de 09.11.04), proferida no Processo nº 1129/03:

*O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) firmar entendimento no sentido de que: (...) a.4) o tempo exercido, para fins de concessão de aposentadoria proporcional, com fundamento no art. 3º, "caput", da Emenda Constitucional nº 41/03, deve ser "congelado" em 31.12.03, uma vez que o referido tempo não pode ser computado para fins de aumento da proporcionalidade dos proventos da aposentadoria; (...)*

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 74  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

17. *Conforme se verifica, seguindo-se a linha de raciocínio contida no Processo nº 1129/03, não haveria de se cogitar da contagem do tempo de serviço prestado após 31.12.03 para fins de concessão das aposentadorias previstas no caput do art. 3º da EC nº 41/03, por expressa previsão legal de que o tempo a ser considerado é aquele prestado até 31.12.03, fazendo jus o servidor ao abono de permanência, como estímulo à continuidade no serviço ativo. Para as modalidades de aposentadoria fundadas em regras da novel legislação, contudo, conta-se, normalmente, o tempo de contribuição posterior à EC nº 41/03.*

18. *Argumentos favoráveis a esse posicionamento indicam que não seriam adequados questionamentos sobre a finalidade das contribuições previdenciárias por parte dos servidores beneficiados pelo art. 3º da EC nº 41/03, visto que os beneficiários de aposentadorias com proventos integrais também não terão acréscimo no tempo de contribuição e porque tais contribuições não se destinam apenas à aquisição do benefício de aposentadoria. Assim, não haveria de se cogitar do aumento de proporcionalidade dos proventos. A visão sistêmica das normas constitucionais exigiriam, nesse caso, a consideração do dispositivo relacionado ao tempo de contribuição e daquele que estabelece restrições à contagem desse mesmo tempo para as aposentadorias então fundadas na antiga legislação.*

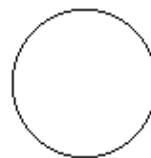
19. *Crítérios de isonomia e razoabilidade também indicariam o acerto da conclusão ora destacada, porque, do contrário, está-se-ia admitindo duplo benefício (aumento da proporcionalidade dos proventos e concessão do abono de permanência) a servidor que detinha menos tempo de contribuição e benefício restrito ao abono de permanência àquele servidor com mais tempo. Também, caso fosse conveniente para o Estado incentivar mais o servidor com direito a aposentadoria com proventos proporcionais a permanecer no serviço ativo, a Emenda Constitucional nº 41/03 traria expressa previsão nesse sentido.*

20. *São esses, portanto, alguns dos argumentos contrários à contagem do tempo em análise, observando-se que em relação à aposentadoria voluntária com proventos integrais baseada no caput do art. 3º da EC nº 41/03, o “congelamento” do tempo de serviço não traz maiores implicações, pois já terão sido preenchidos os requisitos temporais necessários à integralização dos proventos.*

21. *Nada obstante a consistência da argumentação destacada, análise mais apurada do processo legislativo que resultou na EC nº 41/03, mostra que, originalmente, o Poder Executivo previu a concessão de abono de permanência apenas aos beneficiários de aposentadorias com proventos integrais, o que*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 75  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

*justifica a redação do § 2º do art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, que deu origem à EC nº 41/03, restringindo a contagem do tempo de serviço a 31.12.03. Observe-se a redação original proposta pelo Executivo:*

*Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, bem como aos seus dependentes que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.*

*§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.*

*§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente. (destacamos)*

22. Na tramitação da proposta, no entanto, alterou-se a redação do § 1º para incluir as aposentadoria com proventos proporcionais, mas sem atentar-se para a necessidade de modificação, também, da redação do § 2º.

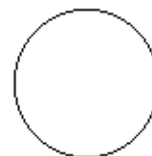
23. Sob esse prisma, entendendo-se que a contagem do tempo de contribuição posterior a 31.12.03 para fins da aposentadoria com proventos proporcionais constitui estímulo a mais à permanência de servidores em atividade, a expressão "já exercido até a data de publicação desta Emenda" constante do § 2º do art. 3º da EC nº 41/03, deve ser entendida como resultante de desatenção às modificações introduzidas na redação original proposta para o § 1º do mesmo artigo, incluindo-se beneficiários de aposentadoria com proventos proporcionais, mas sem adequar-se a redação do § 2º ao novo texto do § 1º.

24. De mais a mais, atualmente, em vista do tempo decorrido desde a promulgação da EC nº 41/03 e das modificações introduzidas pela EC nº 47/05, sobretudo a aplicação da regra de paridade às aposentadorias previstas no art. 6º da EC nº 41/03 e no art. 3º da EC nº 47/05, vislumbra-se o seguinte cenário, baseado nas regras aplicáveis a homens:





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 76  
 Proc.: 1404/06  
 Rubrica

Tempo em 31/12/03  (dias) (anos)	Faltante para o Art. 8º, § 1º, da EC 20/98 (dias)	Pedágio 40% (dias)	Aposentadoria com 100% dos proventos	Faltante para a EC 41/03 ou EC 47/05 (dias)	Aposentadoria com proventos inteiros (35 anos)	Comparação dos proventos pela EC 20/98, na mesma data
13.140 36	0	0	31/12/03	---	---	---
12775 35	365	146	25/05/05	0	31/12/03	95%
12410 34	730	292	18/10/06	365	30/12/04	90%
12045 33	1.095	438	12/03/08	730	30/12/05	90%
11680 32	1.460	584	05/08/09	1.095	30/12/06	90%
11315 31	1.825	730	29/12/10	1.460	30/12/07	85%

25. *Nesse contexto, verifica-se que a discussão sobre a possibilidade de contar o tempo de contribuição posterior a 31.12.03 para os fins de aposentadoria com proventos proporcionais ressalvada no caput do art. 3º da EC nº 41/03 diz respeito ao restrito grupo de servidores que não venham a atender aos requisitos de tempo de serviço público e carreira e de idade contidos no art. 6º da EC nº 41/03 ou no art. 3º da EC nº 47/05, pois, para aqueles que atendem a tais requisitos, mostra-se adequada a inativação pelas regras previstas nestes dispositivos legais”.*

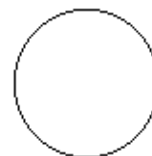
26. *Com essas considerações, tendo-se assente que o abono de permanência constitui estímulo **adicional**, não **exclusivo**, à permanência na atividade, para evitar a aposentadoria precoce e a conseqüente contratação de outro servidor, bem como que é o Estado o principal beneficiário dessa política, entende-se como juridicamente viável a contagem do tempo de contribuição posterior a 31.12.03 para fins de concessão de aposentadoria com proventos proporcionais fundada no caput do art. 3º da EC nº 41/03.*

27. *Contudo, no tocante à possibilidade de converter a aposentadoria com proventos proporcionais em aposentadoria com proventos inteiros, com fundamento no mesmo art. 3º da EC nº 41/03, data venia, não há amparo legal para tanto, visto que esse procedimento não se coaduna com o princípio do direito adquirido, objeto do referido dispositivo legal”.*

5. O Corpo técnico afirma que também é possível a contagem em dobro de licença-prêmio não usufruída, desde que completada até o advento da EC nº 20, de 16.12.98, para fins de concessão do abono de permanência, pois a aferição do direito ao abono leva em conta o tempo de contribuição existente em 15.12.2003, apurado segundo a legislação vigente naquela data.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 77  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

6. Sobre o tema, ressalta que o Tribunal já havia decidido que as licenças-prêmios não usufruídas poderiam ser contadas em dobro para aposentadoria desde que os períodos aquisitivos tenham sido completados até 15.12.98, data da entrada em vigor da EC nº 20/98 (Decisões nºs 10697/99 e 4063/03).

7. Nesse sentido, a instrução sugere que o Plenário informe ao órgão consulente sobre os entendimentos indicados à fl. 58.

8. O Ministério Público, representado pela Procuradora-Geral, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, reitera pronunciamento acostado nos estudos especiais desenvolvidos no Processo nº 26930/06, para concluir pelo acolhimento das propostas apresentadas pela 4ª ICE, exceto com relação à possibilidade de ser aumentada a proporcionalidade dos proventos após a EC nº 41/2003.

9. No entender do **Parquet**, "*... ao beneficiado pelo direito adquirido à aposentadoria proporcional, à época da edição EC nº 41/03, restam três alternativas. Primeira, aposentar-se com a proporcionalidade existente em 31/12/03. Segunda, continuar trabalhando e fazer jus ao abono de permanência, até a aposentadoria compulsória, o que, na prática, seria uma 'isenção previdenciária que ele não teria direito após aposentar'. Terceira, continuar trabalhando com percepção do abono de permanência até preencher os requisitos para inativar-se pelas regras introduzidas pela EC nº 41/03 ou EC nº 47/05*".

10. É o relatório.

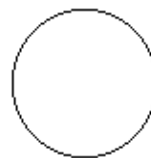
### **VOTO**

11. Trago nessa oportunidade o Processo nº 26930/06, que trata de estudos especiais referentes à aplicação das Emendas Constitucionais nºs 41/2003 e 47/2005, ordenados pela Decisão nº 4270/2006 (Proc. 19357/06) e Decisão Administrativa nº 18/07 (Proc. 2456/04).

12. No processo acima referenciado, assim me posicionei quanto à questão envolvendo a contagem do tempo trabalhado com percepção de abono de permanência:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 78  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

***“Possibilidade da contagem do tempo de contribuição, trabalhado após a vigência da EC nº 41/2003, para aqueles servidores que recebam o abono de permanência instituído pela citada Emenda, ou seja, que implementaram as condições para se aposentar nos termos do direito adquirido assegurado pelo art. 3º da referida Emenda.***

27. Manifestei entendimento no sentido de ser inviável a contagem do tempo trabalhado após 31.12.2003, para os fins do art. 3º da EC nº 41/2003, quando da análise do Processo Administrativo nº 2456/04<sup>1</sup>, que tratava de estudos realizados pela DGA, e dos Processos nºs 7577/06 e 27570/06.

28. As razões que me levaram a tal convencimento giraram em torno da limitação temporal contida no **caput** e no § 2º do multicitado art. 3º da EC nº 41/03, **verbis**:

*“Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.*

---

<sup>1</sup> “8. Como se vê, o legislador constitucional indicou expressamente o direito a ser assegurado, ou seja, tempo de contribuição anterior, segundo as regras da legislação então vigente.

9. O abono de permanência, previsto nos termos do art. 2º, § 5º, da EC nº 20/98, somente seria concedido para os servidores com direito adquirido à aposentadoria com proventos integrais. Ou seja, contemplava apenas aqueles servidores que já tinham todos os requisitos para se aposentar, mas que permanecessem em atividade.

10. O abono busca manter o servidor na atividade. Nesse sentido, nada mudou na égide da EC nº 41/03, na medida em que a contribuição previdenciária, que seria descontada do servidor, continuou a servir de incentivo à sua permanência na ativa.

11. A única diferença - no caso da extensão do abono de permanência às aposentadorias proporcionais - está no fato de que o servidor, enquanto permanecer em atividade, continua percebendo a integralidade dos vencimentos a que faz jus, o que não aconteceria se exercesse de imediato o direito adquirido em se aposentar segundo a legislação anterior (70%, 75% ...95%).

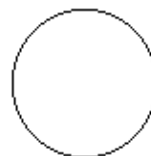
(...)

13. Qual a justificativa para se dar tratamento diferenciado ao direito adquirido assegurado às aposentadorias com proventos proporcionais, no que se refere à opção pelo não-recebimento de abono de permanência, se o próprio § 2º do art. 3º da EC nº 41/03 vincula o cálculo dos “proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda”?





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 79  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

*§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.*

*§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente”.(grifou-se)*

29. *Essa compreensão foi influenciada também pelo fato de que a isenção previdenciária instituída pela EC nº 20/98<sup>2</sup> (art. 3º, § 1º) destinava-se apenas às situações de direito adquirido à aposentadoria com proventos integrais (art. 40, III, alíneas “a” e “b”, da CF/88, na redação original), embora eu não desconhecêsse que o abono de permanência, instituído pela EC nº 41/2003, seria concedido aos servidores que, em 31.12.2003, haviam implementado as condições para se aposentar com proventos integrais ou proporcionais.*

30. *Todavia, a consistente análise empreendida pela unidade técnica indica que a polêmica resultante do cotejo entre o **caput** e o § 2º do art. 3º da EC nº 41/03, no que pertine à expressão “proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda”, decorre do fato de a minuta inicial encaminhada pelo Poder Executivo federal destinar o abono de permanência apenas às hipóteses de aposentadoria com proventos integrais, à semelhança do benefício da isenção previdenciária estatuída pela EC nº 20/98.*

31. *A extensão do abono às modalidades de aposentadoria com proventos proporcionais foi feita posteriormente, quando da tramitação da PEC nº 40, que originou a EC nº 41/2003, gerando interpretações dispares sobre o tema.*

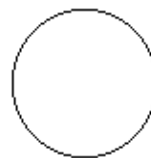
---

<sup>2</sup> Art. 3º assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 80  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

32. *Como afirmado pela instrução, “22. Na tramitação da proposta, no entanto, alterou-se a redação do § 1º para incluir as aposentadoria com proventos proporcionais, mas sem atentar-se para a necessidade de modificação, também, da redação do § 2º”.*

33. *Após refletir sobre essa nova abordagem do corpo técnico, não vejo como recusar a contagem do tempo trabalhado pelos servidores, mesmo no caso de haver a percepção do abono de permanência, após a entrada em vigor da EC nº 41, de 31.12.2003, pois passou a se me afigurar cristalina a intenção do constituinte derivado, no sentido de incentivar a “permanência” do servidor na ativa.*

34. *Em reforço a esse meu novo posicionamento, reporto-me às palavras do Ministério Público, quando discorre sobre a hipótese de se contar o tempo de percepção do abono de permanência para aposentadoria pelas novas regras estipuladas pelas EC's nºs 41/03 e 47/05: “... parece ser uma impropriedade constante da emenda, mas que, em princípio, não vejo como vedar a possibilidade”.*

35. *As demais observações produzidas no estudo, decorrentes da contagem do tempo de contribuição prestado após 31.12.2003, são procedentes, pois o direito adquirido resguardado é o vigente à época da entrada em vigor da EC nº 41/03, fato que não impede o servidor de optar por outra modalidade de aposentadoria prevista na própria Constituição.*

36. *Em outras palavras, restam as seguintes alternativas ao servidor contemplado pelo direito adquirido previsto no art. 3º da EC nº 41, de 31.12.2003, no caso das aposentadorias proporcionais:*

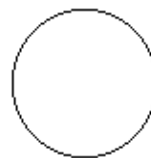
*1º) aposentar-se com a proporcionalidade existente em 31.12.2003;*

*2º) continuar trabalhando e fazer jus ao abono de permanência, computando-se o tempo prestado após 31.12.2003 para:*

*a) incrementar a proporcionalidade alcançada em 31.12.2003, sendo-lhe vedada a integralização dos proventos, com fundamento no mesmo art. 3º da EC nº 41/03, visto que esses casos não estariam protegidos pelo princípio do direito adquirido, objeto do referido dispositivo legal. Nesse aspecto, mantém-se a mesma coerência de entendimento adotada em termos do direito adquirido assegurado pelo art. 3º da EC nº 20/98 (Enunciado TCDF nº 101); e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 81  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

*b) preencher os requisitos para se inativar pelas novas regras introduzidas pelas EC's nºs 41/03 e 47/05.*

37. *Analisada a questão e evoluindo a respeito do tema, sou por que sejam adotadas as seguintes medidas propostas pela 4ª ICE.*

*"1. QUANTO À CONTAGEM DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO APÓS 31.12.03 PARA FINS DE APOSENTADORIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS BASEADA NO CAPUT DO ART. 3º DA EC Nº 41/03:*

*a) tendo-se assente que a função do abono de permanência foi a de conceder estímulo **adicional** (não **exclusivo**) à permanência na atividade, para evitar a aposentadoria precoce e a conseqüente contratação de outro servidor, bem como que é o Estado o principal beneficiário dessa política, mostra-se juridicamente viável a contagem do tempo de contribuição posterior a 31.12.03 para fins de concessão de aposentadoria com proventos proporcionais fundada no caput do art. 3º da EC nº 41/03;*

*b) no tocante à possibilidade de converter a aposentadoria com proventos proporcionais em aposentadoria com proventos integrais, com fundamento no mesmo art. 3º da EC nº 41/03, não há amparo legal para tanto, visto que esses casos não estariam protegidos pelo princípio do direito adquirido, objeto do referido dispositivo legal;*

*c) a concessão do abono de permanência de que se trata não prejudica as demais inativações previstas nas EC nº 41/03 e 47/05".*

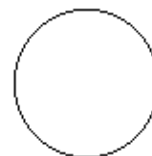
38. *Conforme sinalizam a instrução e Ministério Público, o entendimento ora sugerido irá reformar, automaticamente, aquele estatuído pela Decisão Administrativa nº 54/2004 (Processo nº 1129/03)".*

13. O assunto envolvendo a contagem em dobro da licença-prêmio não usufruída, adquirida antes da vigência da EC nº 20/98, para fins de aposentadoria é matéria já decidida nesta Corte, pois decorre dos entendimentos sufragados pelas Decisões nºs 10697/99, item III, e 4063/03, item Ia, citadas pela instrução.

14. O próprio art. 4º da EC nº 20/98 diz textualmente que, doravante, "**Observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.**"



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI**  
**VINHADELI**



Fls.: 82  
Proc.: 1404/06  
Rubrica

Nessas condições, tendo em conta os estudos desenvolvidos no Processo nº 26930/06, que também trago à apreciação nesta oportunidade, e acompanhando os pronunciamentos da Quarta Inspeção de Controle Externo e, parcialmente, do Ministério Público, **VOTO** por que o Plenário:

I – responda da seguinte forma à consulta formulada pelo Departamento de Estradas de Rodagem-DER/DF:

a) a concessão do abono de permanência fundada no § 1º do artigo 3º da EC nº 41/2003, não prejudica a concessão de aposentadorias com fundamento em outros dispositivos da EC nº 41/2003 ou da EC nº 47/2005;

b) o tempo de contribuição contado após 31/12/2003 poderá ser utilizado nas concessões de aposentadorias com proventos proporcionais fundadas no artigo 3º da EC nº 41/2007, ou com proventos integrais fundadas em outros dispositivos trazidos pela EC nº 41/2003 ou pela EC 47/2005;

c) não há amparo legal para se converter a aposentadoria com proventos proporcionais em aposentadoria com proventos integrais, com fundamento no mesmo art. 3º da EC nº 41/03, visto que esses casos não estão protegidos pelo princípio do direito adquirido, objeto do referido dispositivo legal;

d) as licenças-prêmios não usufruídas podem ser contadas em dobro para a concessão do abono de permanência, desde que o período aquisitivo tenha sido completado antes de 16/12/1998 (data de publicação da EC nº 20/1998); e

II - autorizar o arquivamento do feito.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008

**Marli Vinhadeli**  
**Conselheira**